

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]

ANEXO VII – FATOR U, FATOR P, FATOR Q E INDICADORES DE QUALIDADE

**CONCESSÃO DA PRESTAÇÃO REGIONALIZADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DOS MUNICÍPIOS
INTEGRANTES DO PROGRAMA UNIVERSALIZASP – BLOCO [●]**

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

SUMÁRIO

1. PREÂMBULO E OBJETIVO	3
2. MECANISMOS REGULATÓRIOS EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DAS METAS DE UNIVERSALIZAÇÃO	3
3. METODOLOGIA PARA CÁLCULO DO FATOR DE UNIVERSALIZAÇÃO (FATOR U).....	5
4. METODOLOGIA PARA CÁLCULO DO FATOR DE INCENTIVO À QUALIDADE (FATOR Q)	12
5. METODOLOGIA PARA CÁLCULO DO FATOR DE INCENTIVO À REDUÇÃO DE PERDAS (FATOR P).....	23
6. DIPOSIÇÕES FINAIS	27

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

1. PREÂMBULO E OBJETIVO

1.1. O presente ANEXO fixa os mecanismos regulatórios cabíveis em casos de (i) descumprimento das METAS DE UNIVERSALIZAÇÃO; (ii) incentivos à qualidade da prestação dos SERVIÇOS; e (iii) incentivos à redução de perdas, a serem observados pela CONCESSIONÁRIA ao longo de todo o prazo de vigência do CONTRATO.

1.2. O ANEXO estará estruturado nos seguintes módulos:

- i. Mecanismos Regulatórios em caso de descumprimento das METAS DE UNIVERSALIZAÇÃO;
- ii. Metodologia para cálculo do FATOR DE UNIVERSALIZAÇÃO (FATOR U);
- iii. Metodologia para cálculo do FATOR DE INCENTIVO À QUALIDADE (FATOR Q);
- iv. Metodologia para o cálculo do FATOR DE INCENTIVO À REDUÇÃO DE PERDAS (FATOR P); e
- v. Disposições Finais.

1.3. Este ANEXO terá natureza vinculativa para as PARTES e para a AGÊNCIA REGULADORA.

1.4. Os termos grafados em letras maiúsculas terão as definições contidas no ANEXO X - GLOSSÁRIO.

1.5. Sem prejuízo das disposições específicas aplicáveis a cada indicador, fica estabelecido que todos os indicadores previstos neste ANEXO deverão ser apurados, reportados e divulgados individualmente por MUNICÍPIO, em conformidade com norma específica a ser estabelecida pela AGÊNCIA REGULADORA.

2. MECANISMOS REGULATÓRIOS EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DAS METAS DE UNIVERSALIZAÇÃO

2.1. O cumprimento das METAS DE UNIVERSALIZAÇÃO dos SERVIÇOS, conforme definido no ANEXO II - ANEXO TÉCNICO PARA CADA MUNICÍPIO, será avaliado observando os seguintes indicadores e escalonamento:

- i. para os anos de 2027 a 2029, serão observadas as METAS DE INCREMENTO DE ECONOMIAS (residenciais e não residenciais) conectadas aos sistemas de abastecimento de água ou esgotamento sanitário. Essa avaliação será realizada por RECORTE TERRITORIAL (urbano formal e informal conjuntamente com o rural) dos MUNICÍPIOS no caso dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos e agregada (sem observar os RECORTES TERRITORIAIS dos MUNICÍPIOS) para o tratamento de esgotos;
- ii. para os anos de 2030 e 2031 serão observadas as METAS DE COBERTURA

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

(residenciais) do abastecimento de água, da coleta de esgoto e do tratamento de esgotos, por MUNICÍPIO mas sem RECORTE TERRITORIAL. Essas METAS DE COBERTURA serão avaliadas por meio dos indicadores ICA, ICE e IEC; e

- iii. a partir de 2032 serão observadas as METAS DE COBERTURA (residenciais e não residenciais), observando cada um dos RECORTES TERRITORIAIS (urbano formal, informal e rural) do MUNICÍPIO para a cobertura do abastecimento de água e da coleta de esgoto e a totalidade (sem observar os RECORTES TERRITORIAIS) do MUNICÍPIO para a cobertura do tratamento de esgotos.

2.2. Em caso de inadimplemento total ou parcial do CONTRATO no que se refere às METAS DE UNIVERSALIZAÇÃO, a CONCESSIONÁRIA estará sujeita, cumulativamente, à:

- i. aplicação de FATOR DE UNIVERSALIZAÇÃO (FATOR U);
- ii. obrigação de elaborar e executar um PLANO DE ADEQUAÇÃO, nos termos a serem definidos pela AGÊNCIA REGULADORA após a constatação do descumprimento de alguma das METAS DE UNIVERSALIZAÇÃO sobre as quais incide o FATOR U;
- iii. decretação de caducidade do CONTRATO, nos seus termos e nos termos da Lei Federal nº 11.445/2007 (Art. 11-B § 7º), em caso de reincidência do não cumprimento das METAS DE COBERTURA anuais, da forma como descrita no CONTRATO, precedida pelo devido processo legal, de acordo com a LEGISLAÇÃO APLICÁVEL e a REGULAÇÃO.

2.2.1. Sem prejuízo do procedimento de avaliação de indicadores previsto no CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA não será responsabilizada pelo inadimplemento das METAS DE UNIVERSALIZAÇÃO do serviço quando o inadimplemento for, comprovadamente, decorrente da omissão ou atraso da SUB-URAE, dos MUNICÍPIOS ou do ESTADO no cumprimento de suas obrigações e dos demais riscos assumidos pelo PODER CONCEDENTE, nos termos do CONTRATO. Os inadimplementos incorridos pela SUB-URAE, MUNICÍPIOS e/ou ESTADO poderão ser considerados excludentes de responsabilidade à CONCESSIONÁRIA no que se refere ao cumprimento das obrigações de METAS DE UNIVERSALIZAÇÃO, sendo que os investimentos não realizados não poderão ser reconhecidos na BAR tampouco serão consideradas eventuais perdas financeiras decorrentes da ausência de incremento da BAR em virtude da não realização dos investimentos.

2.3. O PLANO DE ADEQUAÇÃO mencionado no item 2.2."ii" será elaborado pela CONCESSIONÁRIA e encaminhado para a AGÊNCIA REGULADORA para análise e validação, devendo:

- i) ser apresentado à AGÊNCIA REGULADORA em até 60 dias após a notificação pela AGÊNCIA REGULADORA da constatação do descumprimento da META DE COBERTURA;
- ii) ser analisado pela AGÊNCIA REGULADORA em até 30 dias e, se aprovado, encaminhado à

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

CONCESSIONÁRIA para providências de execução;

- iii) caso não seja aprovado, deve ser revisado e ajustado pela CONCESSIONÁRIA, que deverá enviar para a AGÊNCIA REGULADORA em até 15 dias;
- iv) ser revisado e aprovado pela AGÊNCIA REGULADORA em até 15 dias após a reapresentação pela CONCESSIONÁRIA; e
- v) ter sua execução iniciada pela CONCESSIONÁRIA ainda no mesmo ano de sua aprovação.

2.3.1. A aprovação do PLANO DE ADEQUAÇÃO pela AGÊNCIA REGULADORA não exime, em nenhuma medida, a obrigação da CONCESSIONÁRIA em cumprir todas as metas relacionadas no presente ANEXO ou no ANEXO II - ANEXO TÉCNICO PARA CADA MUNICÍPIO.

2.4. As premissas e a metodologia para a determinação do FATOR DE UNIVERSALIZAÇÃO (FATOR U) são previstas no item 3 deste ANEXO.

2.5. Os indicadores ICA, ICE e IEC são calculados de acordo com as fórmulas apresentadas no ANEXO II - ANEXO TÉCNICO PARA CADA MUNICÍPIO.

2.6. Os INDICADORES DE ATENDIMENTO e os INDICADORES DE COBERTURA, definidos na Norma de Referência da ANA nº 08/2025, serão apurados e divulgados anualmente, a partir do início do período de OPERAÇÃO DO SISTEMA, no SISTEMA INFORMATIZADO, após verificação dos indicadores pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE.

2.7. Sem prejuízo da obrigação do item 2.6, os INDICADORES DE ATENDIMENTO e os INDICADORES DE COBERTURA deverão ser também apurados pela CONCESSIONÁRIA e divulgados no SISTEMA INFORMATIZADO pelo período iniciado 90 (noventa) dias após a ORDEM DE INÍCIO até o fim da OPERAÇÃO ASSISTIDA DO SISTEMA.

3. METODOLOGIA PARA CÁLCULO DO FATOR DE UNIVERSALIZAÇÃO (FATOR U)

3.1. O FATOR U constitui mecanismo regulatório de natureza quantitativa destinado a aferir, de forma objetiva e anual, o grau de cumprimento das METAS DE INCREMENTO DE ECONOMIAS vinculadas à prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, conforme estabelecido no ANEXO II - ANEXO TÉCNICO PARA CADA MUNICÍPIO. Sua apuração fundamenta-se na construção prévia do Índice de Desempenho na Universalização (IDU), calculado para cada abertura geográfica e respectivos recortes territoriais, considerando a evolução das NOVAS ECONOMIAS TOTAIS efetivamente atendidas em relação às metas acumuladas previstas para cada exercício. O FATOR U opera como instrumento de incentivo e correção de desempenho, incidindo exclusivamente nas hipóteses de não atingimento dos limiares regulatórios definidos, observada a margem de tolerância estabelecida contratualmente, assegurando, assim, alinhamento entre expansão da cobertura, eficiência operacional e equilíbrio econômico-financeiro da CONCESSÃO.

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

3.2. Para o cálculo do FATOR DE UNIVERSALIZAÇÃO (FATOR U), é inicialmente construído o Índice de Desempenho na Universalização (IDU) para cada abertura geográfica prevista no escalonamento descrito no item 2.1.

3.2.1. De 2027 a 2029, o IDU para os MUNICÍPIOS seguirá a seguinte formulação:

$$IDU(\%) = \sum_{i=1}^I \min \left(100\%, \frac{Incremento_Economias_{ita}}{Limiar_{ita}} \right) \times peso_i$$

Em que:

IDU(%): Índice de Desempenho na Universalização, aferido anualmente, que varia de 0% (zero por cento) a 100% (cem por cento), dado pelo somatório do desempenho de cada RECORTE TERRITORIAL no que diz respeito ao incremento de NOVAS ECONOMIAS TOTAIS para os MUNICÍPIOS (*Incremento_Economias_{ita}*) em relação às suas respectivas METAS DE INCREMENTO DE ECONOMIAS definida no ANEXO II - ANEXO TÉCNICO PARA CADA MUNICÍPIO;

i: representa o RECORTE TERRITORIAL urbano ou a soma dos RECORTES TERRITORIAIS informal mais o rural;

t: representa os SERVIÇOS de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto;

a: representa o ANO;

Incremento_Economias_{ita}: NOVAS ECONOMIAS TOTAIS (Residenciais e Não Residenciais) que passaram a ser cobertas por cada um dos serviços "t" em cada um dos RECORTES TERRITORIAIS "i", a partir de 31 de dezembro de 2025 nos MUNICÍPIOS.

Limiar_{ita}: limiar de número de ECONOMIAS expresso pela multiplicação da "margem de tolerância" (em %) pela META DE INCREMENTO DE ECONOMIAS (quantidades acumuladas) para cada RECORTE TERRITORIAL dos MUNICÍPIOS a ser atingido no ano "a" (2027 a 2029). Ou seja, se o *Incremento_Economias_{ita}* verificado for maior que o valor do *Limiar_{ita}* aplicável, considera-se que a CONCESSIONÁRIA cumpriu aquela META DE INCREMENTO DE ECONOMIAS específica e, portanto, não está sujeita à aplicação do FATOR U associada àquela META DE INCREMENTO DE ECONOMIAS específica. Contudo, se for menor, considera-se não atendida a META DE INCREMENTO DE ECONOMIAS, resultando na aplicação do FATOR U maior do que zero em função desse descumprimento específico. Neste último caso, o próprio valor do *Limiar_{ita}* é utilizado no cálculo do *IDU(%)* ao invés da *Meta_{ita}*. A fórmula abaixo indica o cálculo do Limiar:

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

$$Limiar_{ita} = Meta_{ita} \times (1 - BandaMorta)$$

Meta_{ita}: META DE INCREMENTO DE ECONOMIAS a ser atingida no ano "a" (2027 a 2029), conforme especificado no ANEXO II - ANEXO TÉCNICO PARA CADA MUNICÍPIO;

BandaMorta: valor de 5% (cinco por cento);

peso_i: peso, em valor percentual, atribuído a cada componente, de acordo com a tabela abaixo, sendo o subscrito URB referente ao RECORTE TERRITORIAL urbano formal, INF ao RECORTE TERRITORIAL urbano informal e RUR ao RECORTE TERRITORIAL rural.

Ano	Aplicação	INCREMENTO DE ECONOMIA (INC)		INCREMENTO DE ECONOMIA (INC)		IEC
		INC _{URB}	INC _{INF} + INC _{RUR}	INC _{URB}	INC _{INF} + INC _{RUR}	
2027 -2029	IDU (%) MUNICÍPIOS	8%	12%	12%	18%	50%

3.2.2. A partir de 2030, o IDU para o MUNICÍPIO seguirá a seguinte formulação:

$$\text{Em 2030 e 2031: } IDU(\%) = \sum_{i=1}^I \min \left(100\%, \frac{Índice_{ita}}{Meta_{ita} - BandaMorta_{ita}} \right) \times peso_i$$

$$\text{A partir de 2032: } IDU(\%) = \sum_{i=1}^I \min \left(100\%, \frac{Índice_{ita}}{Meta_{ita}} \right) \times peso_i$$

Em que:

IDU(%): Índice de Desempenho na Universalização, aferido anualmente, que varia de 0% (zero por cento) a 100% (cem por cento), dado pelo somatório ponderado do desempenho de cada *Índice_{ita}* em relação à sua respectiva META DE COBERTURA definida no ANEXO II - ANEXO TÉCNICO PARA CADA MUNICÍPIO;

i: representa os RECORTE TERRITORIAIS urbano, informal e rural;

t: representa os SERVIÇOS de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto;

a: representa o ANO;

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

Índice_{ita}: índice "it" apurado no ano "a". Quando "a" igual a 2030 e 2031, considera-se apenas "t" (sem RECORTE TERRITORIAL "i") representado pelos indicadores ICA, ICE e IEC. Já a partir de 2032, considera-se "t" e "i" representado pelos indicadores ICA_{URB}, ICA_{INF}, ICA_{RUR}, ICE_{URB}, ICE_{INF}, ICE_{RUR} ou IEC, ou seja, considera-se o RECORTE TERRITORIAL para ICA e ICE previsto no escalonamento descrito no item 2.1;

Meta_{ita}: META DE COBERTURA para o *Índice_{ita}* a ser atingida no ano "a" (2030 em diante) constante do ANEXO II - ANEXO TÉCNICO PARA CADA MUNICÍPIO;

BandaMorta: "margem de tolerância" de 1 p.p. (um ponto percentual) válida apenas para os anos 2030 e 2031, para atestar o cumprimento da META DE COBERTURA. Ou seja, caso a comparação entre o *Índice_{ita}* apurado e a *Meta_{ita}* aplicável resulte em uma diferença menor ou igual 1 p.p. considera-se que a CONCESSIONÁRIA cumpriu aquela META DE COBERTURA específica e, portanto, não está sujeita à aplicação do FATOR U associada àquela META DE COBERTURA específica. Contudo, se a diferença for superior a 1 p.p. a META DE COBERTURA estabelecida será considerada não atendida e é devida a aplicação do FATOR U maior do que zero em função desse descumprimento específico. A fórmula para os anos 2032 e 2033 considera banda morta igual a 0%, eliminando qualquer margem de tolerância, de modo a exigir o cumprimento integral das metas e assegurar a efetiva universalização até 2033;

peso_i: peso atribuído a cada componente, de acordo com a tabela abaixo, sendo o subscrito URB referente ao RECORTE TERRITORIAL urbano formal, INF ao RECORTE TERRITORIAL urbano informal e RUR ao RECORTE TERRITORIAL rural.

Ano	Aplicação	ICA			ICE			IEC
		ICA _{URB}	ICA _{INF}	ICA _{RUR}	ICE _{URB}	ICE _{INF}	ICE _{RUR}	
2030 e 2031	IDU (%) Município	20%			30%			50%
A partir de 2032	IDU (%) Município	5%	7,5%	7,5%	7,5%	11,25%	11,25%	50%

- 3.2.3. Em caso de inexistência de algum dos RECORTES TERRITORIAIS, rural ou urbano informal, no MUNICÍPIO específico, os pesos para o cálculo do IDU (%) devem ser:

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

Ano	Aplicação	ICA			ICE			IEC
		ICA _{URB}	ICA _{INF}	ICA _{RUR}	ICE _{URB}	ICE _{INF}	ICE _{RUR}	
A partir de 2032	IDU (%) Município Sem Urbano Informal ou Sem Rural	8%	12%		12%	18%		50%

3.2.4. Em hipótese de a CONCESSÃO para algum MUNICÍPIO abranger apenas um dos serviços (água ou esgoto), os pesos equivalentes serão redistribuídos proporcionalmente entre os componentes do serviço remanescente, de modo que este passe a concentrar 100% (cem por cento) do total.

3.3. De 2027 a 2029, será calculado um FATOR DE UNIVERSALIZAÇÃO (FATOR U) global para os MUNICÍPIOS expresso pela fórmula abaixo:

$$Fator\ U\ AMU\ (\%) = 1 - (IDU\ AMU\ (\%) \times reincidência)$$

Em que:

Fator U AMU (%): FATOR DE UNIVERSALIZAÇÃO (FATOR U) calculado de maneira agregada (sem distinção por MUNICÍPIO) considerando todos os RECORTES TERRITORIAIS (urbano formal e informal conjuntamente com o rural) dos MUNICÍPIOS;

IDU AMU (%): Índice de Desempenho na Universalização calculado de maneira agregada (sem distinção por MUNICÍPIO) para os RECORTES TERRITORIAIS (urbano formal e informal conjuntamente com o rural) dos MUNICÍPIOS, calculado conforme procedimentos descritos no item 3.2.1; e

reincidência: parâmetro aplicável nos anos 2028 e 2029 com o objetivo de incentivar a rápida resolução do(s) problema(s) de cobertura observado(s) nos MUNICÍPIOS. Assume valor 0,95 (noventa e cinco centésimos) caso o descumprimento de METAS DE INCREMENTO dos MUNICÍPIOS ocorra em dois anos consecutivos em um mesmo RECORTE TERRITORIAL, e assume valor 1 caso não haja este descumprimento.

3.4. De 2030 em diante, será calculado um FATOR DE UNIVERSALIZAÇÃO (FATOR U) para cada MUNICÍPIO expresso pela fórmula abaixo:

$$Fator\ U\ Município\ (\%) = 1 - (IDU\ Município\ (\%) \times reincidência \times porte)$$

Em que:

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

Fator U Município (%): FATOR DE UNIVERSALIZAÇÃO (FATOR U) calculado para cada MUNICÍPIO, sendo observado em 2030 e 2031 sem RECORTE TERRITORIAL e, a partir de 2032, em seus RECORTES TERRITORIAIS (urbano formal, urbano informal consolidado e rural);

IDU Município (%): Índice de Desempenho na Universalização do MUNICÍPIO, calculado conforme procedimentos descritos no item 3.2.2;

porte: parâmetro calculado anualmente com o objetivo de incentivar a realização de investimentos em MUNICÍPIOS de menor porte. Assume os seguintes valores: (i) 0,8, quando o MUNICÍPIO possuir até 10.000 DOMICÍLIOS residenciais e o IDU do MUNICÍPIO for inferior a 1; ou (ii) 1, nas seguintes situações: (a) quando o MUNICÍPIO possuir até 10.000 DOMICÍLIOS residenciais e o IDU do MUNICÍPIO for igual a 1; ou (b) quando o MUNICÍPIO possuir mais de 10.000 DOMICÍLIOS residenciais; e

reincidência: parâmetro aplicável a partir de 2031 com o objetivo de incentivar a rápida resolução do(s) problema(s) de cobertura observado(s) no MUNICÍPIO. Em 2031, assume valor 0,8 caso o descumprimento de METAS DE COBERTURA no MUNICÍPIO ocorra em dois anos consecutivos no mesmo SERVIÇO, e assume valor 1 caso não haja este descumprimento. A partir de 2032, assume valor 0,8 caso o descumprimento de METAS DE COBERTURA no MUNICÍPIO ocorra em dois anos consecutivos no mesmo RECORTE TERRITORIAL e assume valor 1 caso não haja este descumprimento.

3.4.1. As METAS DE COBERTURA dos anos 2030, 2031 e 2032 previstas no ANEXO II - ANEXO TÉCNICO PARA CADA MUNICÍPIO poderão ser revisitadas em nível MUNICIPAL, desde que observadas as condições estabelecidas neste item.

3.4.1.1. Para os anos 2030 e 2031 a revisão das metas ocorrerá quando o índice de cobertura apurado em 2029, para o respectivo MUNICÍPIO — considerando os RECORTES TERRITORIAIS urbano formal, informal e rural — for inferior, em termos absolutos, em mais de 3 (três) pontos percentuais ao respectivo valor de referência estabelecido para 2029 no ANEXO II - ANEXO TÉCNICO PARA CADA MUNICÍPIO.

3.4.1.2. Para o ano de 2032, aplica-se o mesmo critério previsto no item anterior, considerando-se, para fins de comparação, o índice de cobertura apurado e seu respectivo valor de referência no ano de 2031. Nessa hipótese, a revisão poderá também considerar a atualização do número de DOMICÍLIOS ATENDÍVEIS com base nos dados do Censo IBGE 2030 ou, na sua ausência, em levantamento a ser realizado pela CONCESSIONÁRIA em 2031 conforme disposto no ANEXO II - ANEXO TÉCNICO PARA CADA MUNICÍPIO.

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

3.4.1.3. A partir de 2033, inclusive, as METAS DE COBERTURA não estarão sujeitas à revisão, devendo ser mantidas conforme previsto no ANEXO II - ANEXO TÉCNICO PARA CADA MUNICÍPIO. ANEXO II - ANEXO TÉCNICO PARA CADA MUNICÍPIO.

3.5. Para obtenção do FATOR DE UNIVERSALIZAÇÃO (FATOR U) a ser aplicado no cálculo do IRT definido no ANEXO V – ANEXO DO MODELO REGULATÓRIO, o cálculo será realizado refletindo escalonamento descrito no item 2.1 e conforme descrito a seguir:

3.5.1. Para avaliação das METAS DE INCREMENTO DE ECONOMIA de 2027 a 2029, o FATOR DE UNIVERSALIZAÇÃO (FATOR U) a ser aplicado no cálculo do IRT será obtido considerando as METAS DE INCREMENTO DE ECONOMIAS dos RECORTES TERRITORIAIS (urbano formal e informal conjuntamente com o rural) dos MUNICÍPIOS, a partir da seguinte formulação:

$$Fator\ U\ (\%) = \min (10\%;\ Fator\ U\ AMU\ (\%))$$

Em que:

Fator U (%): FATOR DE UNIVERSALIZAÇÃO (FATOR U) relativo ao Limiar das METAS DE INCREMENTO DE ECONOMIAS de 2027 a 2029, a ser aplicado no cálculo do Índice de Reajuste Tarifário (IRT) dos anos de 2028 a 2030.

Fator U AMU (%): FATOR DE UNIVERSALIZAÇÃO (FATOR U) calculado de maneira agregada (sem distinção por MUNICÍPIO) para os RECORTES TERRITORIAIS (urbano formal e informal conjuntamente com o rural) dos MUNICÍPIOS, conforme item 3.2.;

3.5.2. Para avaliação das METAS DE COBERTURA de 2030 em diante, o FATOR DE UNIVERSALIZAÇÃO (FATOR U) a ser aplicado no cálculo do Índice de Reajuste Tarifário (IRT) será obtido considerando as METAS DE COBERTURA de cada índice (ICA, ICE ou IEC) no ano de 2030 e 2031 ou de cada índice por RECORTE TERRITORIAL (ICA, ICAURB, ICAINF, ICARUR, ICE, ICEURB, ICEINF, ICERUR ou IEC) a partir de 2032 de cada MUNICÍPIO, a partir da seguinte formulação:

$$Fator\ U\ (\%) = \min \left(10\%;\ \frac{\sum_i (Fator\ U\ Município\ (\%)_i \times Receita\ Op.\ Dir.\ Mun\ (R\$)_i)}{\sum_i (Receita\ Op.\ Dir.\ Mun\ (R\$)_i)} \right)$$

Em que:

Fator U (%): FATOR DE UNIVERSALIZAÇÃO (FATOR U) relativo às METAS DE COBERTURA de 2030 em diante, a ser aplicado no cálculo do Índice de Reajuste Tarifário (IRT) a partir de 2031;

Fator U Município (%): refere-se ao Fator U do Município estimado para o ano de referência e MUNICÍPIO i ; e

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

Receita Op.Dir.Mun (R\$): Receita Operacional Direta Líquida obtida pela CONCESSIONÁRIA no MUNICÍPIO para o ano de referência do *Fator U Município (%)*.

3.6. O FATOR DE UNIVERSALIZAÇÃO (FATOR U) a ser aplicado no cálculo de cada Índice de Reajuste Tarifário (IRT) está limitado entre 0% e 10%, sem prejuízo de outras medidas cabíveis previstas no ANEXO III- ANEXO DE INFRAÇÕES E PENALIDADES.

4. METODOLOGIA PARA CÁLCULO DO FATOR DE INCENTIVO À QUALIDADE (FATOR Q)

4.1. O cumprimento das obrigações contratuais de qualidade do produto, qualidade do serviço e comercial e qualidade de reposição de pavimentos será avaliado pelo acompanhamento dos INDICADORES DE QUALIDADE que formam o FATOR DE INCENTIVO À QUALIDADE (FATOR Q). No que diz respeito à qualidade do produto, além dos indicadores ICAT e ICAD1, a seguir descritos, devem ser cumpridas integralmente todas as legislações aplicáveis, incluindo, mas não se limitando às disposições da Portaria GM 888/MS, de 04/05/2021, que complementou a Portaria de Consolidação nº 5, do Ministério da Saúde, ou de norma que venha a sucedê-la.

4.2. Os INDICADORES DE QUALIDADE a vigorarem no 1º e 2º CICLO TARIFÁRIO são expressos pelas fórmulas abaixo.

4.2.1. INDICADORES DE QUALIDADE do Produto:

i) **Indicador ICAT – Qualidade da Água no Processo de Tratamento**

$$ICAT (\%) = \frac{\text{nº de resultados em conformidade com a legislação (cor, turbidez, cloro residual livre, flúor e coliformes totais)}}{\text{nº de amostras realizadas}}$$

Em que:

ICAT (%): Índice de Conformidade da Água Tratada, no processo de tratamento de água, que objetiva verificar o atendimento às exigências contidas nas legislações concernentes a padrões de potabilidade da água tratada;

nº de resultados em conformidade: número de amostras de coliformes fecais e totais, pH, turbidez, cloro, cor e flúor, com resultados em conformidade no mês, de acordo com a Portaria de Consolidação nº 5, do Ministério da Saúde ou por norma que venha a sucedê-la; e

nº de amostras realizadas: número de amostras de coliformes fecais e totais, pH, turbidez, cloro, cor e flúor realizadas no mês, nos termos a serem regulamentados pela AGÊNCIA REGULADORA em caso de regulamentação complementar à Portaria de Consolidação nº 5 do Ministério da Saúde, ou por norma que venha a sucedê-la.

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

ii) **Indicador ICAD1 – Qualidade da Água na Rede de Distribuição e Pontos de Consumo**

$$ICAD1 (\%) = \frac{n^{\circ} \text{ de resultados em conformidade com a legislação (pH, cor, turbidez, cloro residual livre, coliformes totais e Escherichia coli)}}{n^{\circ} \text{ de amostras realizadas}}$$

Em que:

ICAD1 (%): Índice de Conformidade da Água Distribuída, no sistema de distribuição e pontos de consumo, que objetiva verificar o atendimento às exigências contidas nas legislações concernentes a padrões de potabilidade da água distribuída;

nº de resultados em conformidade: número de amostras de Escherichia Coli (coliforme fecal), pH, turbidez, cloro, coliformes totais e cor com resultados em conformidade no mês, de acordo com a Portaria de Consolidação nº 5 do Ministério da Saúde ou por norma que venha a sucedê-la; e

nº de amostras realizadas: número de amostras de Escherichia Coli (coliforme fecal), pH, turbidez, cloro e cor, realizadas no mês, nos termos a serem regulamentados pela AGÊNCIA REGULADORA em caso de regulamentação complementar à Portaria de Consolidação nº 5 do Ministério da Saúde, ou por norma que venha a sucedê-la.

iii) **Indicador IRTES – Indicador Regulatório da Eficiência do Tratamento de Esgotos**

$$IRTES (\%) = \frac{n^{\circ} \text{ de análises de demanda bioquímica de oxigênio conformes na ETE}}{n^{\circ} \text{ de análises de demanda bioquímica de oxigênio realizadas ou previstas na ETE}}$$

Em que:

IRTES (%): Indicador Regulatório de Tratamento de Esgoto Sanitário, que objetiva verificar a eficiência na redução da Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO), parâmetro empregado para medir a poluição orgânica. Este indicador não se aplica a esgotos com lançamento em solo, sistemas de disposição oceânica, destinados ao processo de reuso ou a Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs) que estejam com projetos de ampliação em andamento ou aguardando o processo de desativação;

nº de análises de DBO conformes na ETE: número de análises feitas que atenderam ou superaram ao nível de remoção mínima determinado no Regulamento da Lei nº 997/1976, aprovado pelo Decreto nº 8.468/1976 e suas alterações; e

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

nº de análises de DBO realizadas ou previstas na ETE: número de análises de demanda bioquímica de oxigênio realizadas ou previstas, nos termos da regulamentação vigente, prevalecendo a que teve maior valor quantitativo. Para fins deste indicador, deverá ser considerada, no mínimo, uma análise semestral por ETE, de modo a assegurar regularidade mínima na verificação da eficiência do tratamento.

4.2.1.1. Durante o 1º e 2º CICLO TARIFÁRIO, no cálculo do indicador IRITES, as análises para avaliar a eficiência do tratamento de esgoto não se aplicarão para os sistemas individuais implantados pela CONCESSIONÁRIA.

4.2.2. INDICADORES DE QUALIDADE do Serviço e Comercial:

i) **Indicador IVV – Índice de Vazamentos Visíveis**

$$IVV(\text{vazamento}/\text{km}) = \frac{\text{nº de vazamentos visíveis}}{\text{extensão da rede de distribuição de água}}$$

Em que:

IVV(vazamento/ km): Índice de Vazamentos Visíveis, que objetiva medir quantos vazamentos de água visíveis há em um km de extensão de rede e incentivar a eficiência no combate às perdas reais e à manutenção preventiva do sistema de abastecimento de água;

nº de vazamentos visíveis: vazamentos de água detectáveis a olho nu, excluindo-se os vazamentos de grande porte, nos termos a serem regulamentados pela AGÊNCIA REGULADORA; e

extensão da rede de distribuição de água: extensão em km da rede de distribuição (redes), excluindo-se do cálculo adutoras e subadutoras.

ii) **Indicador IRFA – Índice de Reclamações de Usuários Relacionadas à Falta de Água e à Baixa Pressão**

$$IRFA(\text{reclamações}/\text{lig.}) = \frac{\text{nº de reclamações por descontinuidade do serviço de água}}{\frac{(\text{Lig. ativas } [AG]_{\text{ano}} + \text{Lig. ativas } [AG]_{\text{ano}-1})}{2}}$$

Em que:

IRFA(reclamações/lig.): Índice de Reclamações de Usuários Relacionadas à Falta de Água e à Baixa Pressão, configurada conforme normas da AGÊNCIA REGULADORA que objetiva incentivar a melhoria da qualidade do serviço de fornecimento de água por meio da medição do número de reclamações por descontinuidade do abastecimento de água registradas no serviço de atendimento aos USUÁRIOS da CONCESSIONÁRIA;

**PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

nº de reclamações por descontinuidade: qualquer forma de comunicação (reclamação, informação, consulta etc.) registrada junto à CONCESSIONÁRIA referente à falta de água ou à baixa pressão na rede de abastecimento, excluídas aquelas em que nos termos a serem regulamentados pela AGÊNCIA REGULADORA a falta de água ou baixa pressão reclamada tenha ocorrido por culpa exclusiva do usuário reclamante como, por exemplo, problemas internos na unidade usuária e corte no abastecimento por inadimplência no ano de referência;

Lig. ativas [AG]_{ano}: quantidade de LIGAÇÕES ATIVAS de água - ou seja, em pleno funcionamento - providas ou não de hidrômetro, na ÁREA DE ABRANGÊNCIA do MUNICÍPIO no mês de dezembro do ano de referência; e

Lig. ativas [AG]_{ano-1}: quantidade de LIGAÇÕES ATIVAS de água - ou seja, em pleno funcionamento - providas ou não de hidrômetro, na ÁREA DE ABRANGÊNCIA do MUNICÍPIO no mês de dezembro do ano anterior ao de referência.

iii) Indicador RSES - Reclamações dos Usuários Relacionadas ao Serviço de Esgotamento Sanitário

$$RSES(\text{reclamações}/\text{lig.}) = \frac{\text{nº de reclamações dos serviços de esgotamento sanitário}}{\frac{(\text{Lig. ativas [ESG]}_{\text{ano}} + \text{Lig. ativas [ESG]}_{\text{ano-1}})}{2}}$$

Em que:

RSES(reclamações/lig.): Índice de Reclamações de Usuários Relacionadas ao Serviço de Esgotamento Sanitário, configurada conforme normas da AGÊNCIA REGULADORA que objetiva incentivar a melhoria da qualidade da coleta de esgoto por meio da medição do número de reclamações referentes aos SERVIÇOS de esgotamento sanitário registradas no serviço de atendimento aos USUÁRIOS da CONCESSIONÁRIA;

nº de reclamações dos serviços de esgotamento sanitário: qualquer forma de comunicação (reclamação, informação, consulta etc.) registrada junto à CONCESSIONÁRIA referentes ao(s) sistema(s) de esgotamento sanitário, recebidas de qualquer pessoa ou fonte, usuários ou não dos SERVIÇOS, excluídas aquelas em que, nos termos a serem regulamentados pela AGÊNCIA REGULADORA, o ocorrido tenha sido por culpa exclusiva do usuário reclamante como, por exemplo, mas não se limitando, a problemas internos na unidade usuária decorrentes de erros de instalação, manutenção inadequada, LIGAÇÕES irregulares ou inadequadas à rede pública de esgotamento sanitário, uso indevido do sistema ou outras situações fora do limite de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA no ano de referência;

Lig. ativas [ESG]_{ano}: quantidade de LIGAÇÕES ATIVAS de esgoto - ou seja, em pleno funcionamento, na ÁREA DE ABRANGÊNCIA do MUNICÍPIO no mês de dezembro do ano de referência; e

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

Lig. ativas [ESG]_{ano-1}: quantidade de LIGAÇÕES ATIVAS de esgoto - ou seja, em pleno funcionamento, na ÁREA DE ABRANGÊNCIA do MUNICÍPIO no mês de dezembro do ano anterior ao de referência.

iv) Indicador ISAA - Intermitência do Serviço de Abastecimento de Água

$$ISAA(\%) = \frac{\text{Lig. ativas [AG] atingidas por paralizações} + \text{Lig. ativas [AG] atingidas por interrupções sistemáticas}}{(\text{Lig. ativas [AG]}_{ano} + \text{Lig. ativas [AG]}_{ano-1})/2}$$

Em que:

ISAA(%): Índice de Intermitência do Serviço de Abastecimento de Água, apurado nos termos a serem regulamentados pela AGÊNCIA REGULADORA, que tem por objetivo avaliar e incentivar a melhoria da qualidade do serviço de abastecimento de água, por meio da análise da proporção de LIGAÇÕES ATIVAS afetadas por paralizações e interrupções sistemáticas no fornecimento, devidamente registradas nos sistemas da CONCESSIONÁRIA;

Lig. ativas [AG] atingidas por paralizações: quantidade de LIGAÇÕES ATIVAS de água atingidas por paralizações no(s) sistema(s) de abastecimento de água no ano de referência;

Lig. ativas [AG] atingidas por interrupções sistemáticas: quantidade de LIGAÇÕES ATIVAS de água atingidas por interrupções sistemáticas no(s) sistema(s) de abastecimento de água no ano de referência;

Lig. ativas [AG]_{ano} : quantidade de LIGAÇÕES ATIVAS de água - ou seja, em pleno funcionamento - providas ou não de hidrômetro, com disponibilidade do serviço de abrangência de água na ÁREA DE ABRANGÊNCIA do MUNICÍPIO no mês de dezembro do ano de referência; e

Lig. ativas [AG]_{ano-1}: quantidade de LIGAÇÕES ATIVAS de água - ou seja, em pleno funcionamento - providas ou não de hidrômetro, com disponibilidade do serviço de abrangência de água na ÁREA DE ABRANGÊNCIA do MUNICÍPIO no mês de dezembro do ano anterior ao de referência.

v) Indicador ISES - Falha do Serviço de Esgotamento Sanitário

$$ISES(\text{extravasamentos}/\text{km}) = \frac{\text{nº de extravasamentos de esgoto registrados}}{\left(\frac{\text{extensão da rede de coleta de esgotos}_{ano}}{+ \text{extensão da rede de coleta de esgotos}_{ano-1}} \right) / 2}$$

Em que:

ISES(extravasamentos/km): Índice de Falha do Serviço de Esgotamento Sanitário, que objetiva medir a quantidade de extravasamentos registrados por quilômetro de rede pública de esgotos, considerando como base a extensão média da rede no

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

período de apuração (média aritmética entre a extensão da rede no ano de referência e no ano imediatamente anterior);

nº de extravasamentos de esgoto registrados: total de ocorrências registradas no ano, conforme disposto nos itens 4.2.4 a 4.2.6 deste ANEXO;

extensão da rede de coleta de esgotos_{ano}: extensão em km da rede de coleta (redes) no mês de dezembro do ano de referência, excluindo-se do cálculo emissários, interceptores e coletores-tronco; e

extensão da rede de coleta de esgotos_{ano-1}: extensão em km da rede de coleta (redes) no mês de dezembro do ano anterior ao de referência, excluindo-se do cálculo emissários, interceptores e coletores-tronco.

4.2.3. INDICADORES DE QUALIDADE da Reposição de Pavimentos:

i) Indicador IPRP - Indicador de Prazo de Reposição de Pavimento

$$IPRP(\text{dias úteis}) = 95^{\text{º}} \text{ percentil da relação de prazos de execução de todas as reposições de pavimento do período de referência (anual)}$$

Em que:

IPRP(dias úteis): Indicador de Prazo de Reposição de Pavimentos, que objetiva medir o prazo usual de execução de reposições de pavimento ao longo do ano de referência para incentivar a redução do tempo na execução de reparos e obras na rede com finalizações adequadas dos reparos; e

reposição de pavimento: aplicação de materiais obedecendo o padrão do passeio e/ou via pública existente antes da execução de qualquer intervenção que altere as condições originais do pavimento, nos termos a serem regulamentados pela AGÊNCIA REGULADORA.

ii) Indicador ICERP - Indicador de Conformidade na Execução da Reposição de Pavimento

$$ICERP(\%) = \frac{\text{número de reposições aprovadas}}{\text{número total de amostras}}$$

Em que:

ICERP(%): Indicador de Conformidade na Execução da Reposição de Pavimento, que objetiva medir e incentivar a qualidade da reposição de pavimento oriundos dos SERVIÇOS, avaliando o atendimento às normas técnicas e municipais, a fim de dirimir o problema urbano de patologias do asfalto urbano no ano de referência;

número de reposições aprovadas: quantidade de vistorias *in loco* que resultaram na observação de repavimentação de funcionalidade aderente às normas da

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e dos MUNICÍPIOS vistoriados, nos termos a serem regulamentados pela AGÊNCIA REGULADORA; e

número total de amostras: quantidade de vistorias *in loco*, para apreciação do estado da superfície do pavimento quanto ao conforto do rolamento e à segurança dos USUÁRIOS, realizadas de maneira amostral definida com base na NBR 5426 e na forma a ser estabelecida pela AGÊNCIA REGULADORA.

- 4.2.4. Os INDICADORES DE QUALIDADE serão apurados e divulgados semestralmente, no SISTEMA INFORMATIZADO, a partir do início do período de OPERAÇÃO DO SISTEMA, com exceção do ICAD e do IRTES, que terão apuração e divulgação mensal no SISTEMA INFORMATIZADO, após sua regulamentação pela AGÊNCIA REGULADORA.
- 4.2.5. A apuração dos INDICADORES DE QUALIDADE será realizada pela AGÊNCIA REGULADORA com apoio do VERIFICADOR INDEPENDENTE, conforme estabelecido no Plano de Trabalho previsto no ANEXO VI- ANEXO DE DIRETRIZES PARA A ATUAÇÃO DA EMPRESA AVALIADORA E DO VERIFICADOR INDEPENDENTE.
- 4.2.6. Sem prejuízo da obrigação do item 4.2.5, os INDICADORES DE QUALIDADE, com exceção do ICAD e do IRTES, deverão ser também apurados pela CONCESSIONÁRIA e divulgados no SISTEMA INFORMATIZADO pelo período iniciado 90 (noventa) dias após a ORDEM DE INÍCIO até o fim da OPERAÇÃO ASSISTIDA.
- 4.2.7. Os INDICADORES DE QUALIDADE apresentados no item 4.2, serão apurados de acordo com as diretrizes a serem estabelecidas pela AGÊNCIA REGULADORA em regulamentações futuras, que deverão observar as orientações da NR 09/2024 da ANA, nas quais serão disciplinados (i) como se dará a atuação fiscalizatória pela AGÊNCIA REGULADORA e, no que for cabível, as autoridades municipais competentes e (ii) os termos e condições para que os resultados das fiscalizações das autoridades municipais competentes sejam refletidos nos indicadores. Estas regulamentações deverão ser precedidas de controle social e serem divulgadas até 1 ano antes do primeiro REAJUSTE TARIFÁRIO com a aplicação de cada INDICADOR DE QUALIDADE sobre o FATOR DE INCENTIVO À QUALIDADE (FATOR Q).
- 4.2.6.1 Especificamente para o ICERP, a AGÊNCIA REGULADORA deverá estabelecer critérios de cálculo que considerem as condições de adequabilidade estipuladas nas Normas Brasileiras (NBRs) pertinentes e na legislação específica do MUNICÍPIO sobre o assunto.
- 4.2.8. Para fins de cálculo do FATOR DE INCENTIVO À QUALIDADE (FATOR Q), no 1º e no 2º CICLO TARIFÁRIO, a avaliação dos valores apurados dos INDICADORES DE QUALIDADE vis-à-vis suas respectivas metas serão feitas anualmente e de forma agregada para todo os MUNICÍPIOS conforme procedimento definido pela

**PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

AGÊNCIA REGULADORA. Adicionalmente, cada indicador deverá ser divulgado individualmente por MUNICÍPIO, em conformidade com norma específica a ser estabelecida pela AGÊNCIA REGULADORA.

4.3. Os INDICADORES DE QUALIDADE e suas fórmulas que serão aplicados a partir do 3º CICLO TARIFÁRIO, até o advento do termo final do CONTRATO, serão determinados por regulamentação futura da AGÊNCIA REGULADORA, sempre observado o prévio procedimento que garanta a ampla participação e controle social.

4.4. Para a avaliação global da qualidade da prestação dos SERVIÇOS da CONCESSIONÁRIA, os INDICADORES DE QUALIDADE serão combinados de forma a obter um único indicador global aplicável a todos os MUNICÍPIOS e calculado por meio da seguinte fórmula geral, que relaciona os indicadores individuais às suas respectivas metas contratuais:

$$Fator\ Q\ (\%) = \sum_{i=1}^n \frac{1}{n} \times I_i \times r_i$$

Em que:

Fator Q (%): FATOR DE INCENTIVO À QUALIDADE (FATOR Q) construído de forma a incentivar melhorias na prestação dos SERVIÇOS por meio da concessão de bonificações tarifárias (i.e. FATOR Q > 0) ou deduções tarifárias à CONCESSIONÁRIA (i.e. FATOR Q < 0);

$\frac{1}{n}$: representa o peso de cada indicador, em que *n* corresponde ao número total de INDICADORES DE QUALIDADE considerados no cálculo FATOR DE INCENTIVO À QUALIDADE (FATOR Q) daquele processo tarifário de REAJUSTE ou de REVISÃO PERIÓDICA específico. Durante o 1º e o 2º CICLO TARIFÁRIO seguirá o faseamento definido no item 4.9;

I_i: impacto tarifário percentual (positivo ou negativo) associado à avaliação do desempenho apurado de cada INDICADOR DE QUALIDADE “i” vis-à-vis sua respectiva meta contratual no ano anterior ao processo tarifário de REAJUSTE ou de REVISÃO PERIÓDICA. Os indicadores ICAD1 e ICAT terão seus resultados combinados por meio da média aritmética simples, dando origem ao indicador ICADT. Durante o 1º e o 2º CICLO TARIFÁRIO seguirá o faseamento definido no item 4.9; e

r_i: corresponde a um Fator de Reincidência aplicado quando o indicador *i* for descumprido em dois anos consecutivos, assumindo valor 1 em caso de cumprimento normal e valor 2 em caso de reincidência.

4.5. O FATOR Q será aplicado de maneira agregada, considerando toda a prestação regionalizada, no 1º e no 2º CICLO TARIFÁRIO. Para os ciclos subsequentes, a AGÊNCIA REGULADORA poderá, a seu critério, optar por desagregar os INDICADORES DE QUALIDADE por outra abrangência que não a área dos MUNICÍPIOS, observadas as normas e metodologias

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

regulatórias aplicáveis.

4.6. O FATOR Q terá caráter não cumulativo, sendo zerado ao final de cada processo tarifário, de modo que cada REAJUSTE OU REVISÃO TARIFÁRIA considerará exclusivamente os resultados apurados no período correspondente.

4.7. As metas de cada INDICADOR DE QUALIDADE serão definidas pela AGÊNCIA REGULADORA, com exceção dos indicadores ICAD e IRTES que são definidas em CONTRATO, e deverão refletir, quando aplicável, suas respectivas obrigações legais, sanitárias ou ambientais.

4.7.1. Os valores das metas dos INDICADORES DE QUALIDADE, uma vez estabelecidos, deverão estar limitados aos seus valores possíveis teóricos.

4.8. O FATOR DE INCENTIVO À QUALIDADE (FATOR Q) não será aplicado na TARIFA INICIAL.

4.9. O FATOR DE INCENTIVO À QUALIDADE (FATOR Q) a ser calculado para os processos de REAJUSTE ou REVISÃO TARIFÁRIA durante o 1º e o 2º CICLO TARIFÁRIO seguirá o faseamento descrito na tabela a seguir:

Ano de aplicação do FATOR Q	<i>n</i>	<i>I_i</i>
2027	-	-
2028	1	$\left(\frac{I_{ICAT}+I_{ICAD1}}{2}\right)$
2029	6	$\left(\frac{I_{ICAT}+I_{ICAD1}}{2}\right), I_{IRTES}, I_{IRFA}, I_{RSES}, I_{IPRP} \text{ e } I_{ICERP}$
2030	6	$\left(\frac{I_{ICAT}+I_{ICAD1}}{2}\right), I_{IRTES}, I_{IRFA}, I_{RSES}, I_{IPRP} \text{ e } I_{ICERP}$
2031	9	$\left(\frac{I_{ICAT}+I_{ICAD1}}{2}\right), I_{IRTES}, I_{IRFA}, I_{RSES}, I_{IPRP}, I_{ICERP}, I_{IVV}, I_{ISAA} \text{ e } I_{ISES}$

Em que:

$\frac{1}{n} \left(\frac{I_{ICAT}+I_{ICAD1}}{2}\right)$: impacto tarifário percentual (nulo ou negativo) associado ao desempenho apurado do ICAT e do ICAD1 em cada ano entre 2028 e 2036 vis-à-vis a sua respectiva meta (95%). Por sua vez, I_{ICAD1} é calculado como $\left[\frac{I_{ICAD1}(\%)}{95\%} - 1 \right] * 0,1$, em que $I_{ICAD1}(\%)$ é o valor apurado do indicador e 95% é sua meta;

$\frac{1}{n} I_{IRTES}$: impacto tarifário percentual (nulo ou negativo) associado ao desempenho apurado do IRTES em cada ano entre 2029 e 2036 vis-à-vis sua respectiva meta.

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

Por sua vez, I_{IRTES} é calculado como $\left[\frac{IRTES(\%)}{95\%} - 1 \right] * 0,1$, em que IRTES (%) é o valor apurado do indicador e 95% é sua meta;

$\frac{1}{n} I_{IRFA}$: impacto tarifário percentual (positivo ou negativo) associado ao desempenho apurado do IRFA em cada ano entre 2029 e 2036 vis-à-vis a sua meta;

$\frac{1}{n} I_{RSES}$: impacto tarifário percentual (positivo ou negativo) associado ao desempenho apurado do RSES em cada ano entre 2029 e 2036 vis-à-vis a sua meta;

$\frac{1}{n} I_{IPRP}$: impacto tarifário percentual (positivo ou negativo) associado ao desempenho apurado do IPRP em cada ano entre 2029 e 2036 vis-à-vis a sua meta;
e

$\frac{1}{n} I_{ICERP}$: impacto tarifário percentual (positivo ou negativo) associado ao desempenho apurado do ICERP em cada ano entre 2029 e 2036 vis-à-vis a sua meta.

$\frac{1}{n} I_{IVV}$: impacto tarifário percentual (positivo ou negativo) associado ao desempenho apurado do IVV em cada ano entre 2031 e 2036 vis-à-vis a sua meta;

$\frac{1}{n} I_{ISAA}$: impacto tarifário percentual (positivo ou negativo) associado ao desempenho apurado do ISAA em cada ano entre 2031 e 2036 vis-à-vis a sua meta;

$\frac{1}{n} I_{ISES}$: impacto tarifário percentual (positivo ou negativo) associado ao desempenho apurado do ISAA em cada ano entre 2031 e 2036 vis-à-vis a sua meta;

- 4.9.1. O indicador IRTES estará sujeito a um período de transição, com apuração em caráter de ano-teste no exercício de 2027. Verificado o descumprimento pela CONCESSIONÁRIA, esta deverá apresentar, em 2028, Plano de Adequação à AGÊNCIA REGULADORA e à CETESB.
- 4.9.2. Os indicadores IRFA e RSES deverão ter sua implantação iniciada imediatamente após o início do período de operação assistida e finalizada até 31 de dezembro de 2027. A não implementação destes indicadores até esta data enseja as penalidades contratuais previstas no ANEXO III – ANEXO DE INFRAÇÕES E PENALIDADES."A implementação do indicador ICERP somente poderá ocorrer nos MUNICÍPIOS que possuam regras previamente definidas.
- 4.9.3. A antecipação da apuração dos indicadores de Qualidade do Serviço e Comercial pela CONCESSIONÁRIA poderá gerar um CRÉDITO COMPENSATÓRIO positivo máximo (li = 1%) e apurado de forma proporcional ao peso do respectivo indicador.

4.2.6.2 O CRÉDITO COMPENSATÓRIO de que trata o caput será aplicado exclusivamente para fins de compensação, total ou parcial, de

**PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

penalidades decorrentes do descumprimento das metas dos indicadores no âmbito do FATOR Q.

4.2.6.3 O CRÉDITO COMPENSATÓRIO não poderá, em nenhuma hipótese, resultar em bonificação ou acréscimo positivo no resultado do FATOR Q.

4.2.6.4 Na hipótese de inexistência de penalidades a serem compensadas no respectivo período de apuração, o CRÉDITO COMPENSATÓRIO:

- i. não produzirá efeitos; e
- ii. será automaticamente extinto.

4.2.6.5 O CRÉDITO COMPENSATÓRIO:

- i. possui caráter estritamente condicionado à existência de penalidades;
- ii. não poderá ser acumulado para períodos subsequentes; e
- iii. somente poderá ser utilizado no período de apuração a que se refere, vedada sua utilização extemporânea.

4.2.6.6 O CRÉDITO COMPENSATÓRIO será aplicado após a apuração do Fator Q, conforme a expressão a seguir:

$$Fator\ Q_{final} = \min(0, Fator\ Q_{apurado} + C)$$

Em que:

Fator Q_{apurado} é o valor calculado conforme item 4.4; e

C é o CRÉDITO COMPENSATÓRIO apurado no período, observando o limite estabelecido no caput.

4.9.4. Caberá à AGÊNCIA REGULADORA no 1º REAJUSTE definir, em regulação específica:

- i. o procedimento de cálculo do impacto tarifário percentual dos indicadores ICAD e IRTES, respeitando a regulação vigente.
- ii. a definição, a metodologia de apuração e o procedimento de cálculo para implementação dos demais INDICADORES DE QUALIDADE.

4.10. Haverá um limite máximo de variação para o FATOR Q, tanto positivo quanto negativo, fixado em até ±2,0%.

4.10.1. O limite inferior apenas não se aplica nas hipóteses de incidência de Fator de Reincidência, nos termos do item 4.4.

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

4.11. Qualquer modificação no limite máximo de variação para o FATOR Q, bem como quaisquer alterações contempladas neste item, devem ser precedidas de processo de participação pública e Análise de Impacto Regulatório, conforme estabelecido na regulamentação da AGÊNCIA REGULADORA.

5. METODOLOGIA PARA CÁLCULO DO FATOR DE INCENTIVO À REDUÇÃO DE PERDAS (FATOR P)

5.1. O cumprimento das obrigações contratuais para redução de perdas de água será avaliado pelo acompanhamento do FATOR DE INCENTIVO À REDUÇÃO DE PERDAS (FATOR P). Somente serão reconhecidos nas tarifas um patamar de perdas considerado "eficiente", o qual será denominado de "PERDAS REGULATÓRIAS". As PERDAS REGULATÓRIAS e os mecanismos de cumprimento delas pela CONCESSIONÁRIA serão estabelecidos pela AGÊNCIA REGULADORA no âmbito da prestação regional, nos termos do § 6º do art. 11-B da Lei Federal nº 11.445/2007 e deste ANEXO.

5.2. O FATOR P, a vigorar no 1º e 2º CICLO TARIFÁRIO, será expresso conforme a fórmula a seguir:

$$Fator\ P = \frac{bônus/penalidade}{RT_{base}}$$

Em que:

Fator P: Indicador de Incentivo à Redução de Perdas;

bônus/penalidade: valor monetário do incentivo tarifário, apurado nos termos do item 5.2.1;

RT_{base}: RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO no momento 0;

5.2.1. O valor do bônus/penalidade será apurado observando-se as seguintes etapas:

i. Calcula-se o custo médio por volume produzido, conforme a expressão:

$$Cme_{PRt} = \frac{OpexÁgua_{PRt}}{Volume\ produzido\ água_{PRt}}$$

Em que:

Cme_{PRt}: custo médio por volume produzido em reais por metro cúbico (R\$/m³). Serão considerados os custos diretamente atribuíveis ao abastecimento de água nas atividades de operação, distribuição, tratamento, captação e produção de água;

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

OpexÁgua_{PRt}: custos operacionais associados à prestação do serviço de abastecimento de água, expressos em reais (R\$), apurados no PR₀ da REVISÃO TARIFÁRIA do ano *t*. Serão considerados os custos diretamente atribuíveis ao abastecimento de água nas atividades de operação, distribuição, tratamento, captação e produção de água;

Volume produzido água_{PRt}: volume produzido, em metros cúbicos (m³), apurado pela CONCESSIONÁRIA no PR₀ da REVISÃO TARIFÁRIA do ano *t*.

- ii. Calcula-se o volume produzido regulatório, conforme a expressão:

$$\begin{aligned} Volprod_{reg} &= VC + VNF + VE - VI \\ &+ \left(IDP_{reg} \left(\frac{Lig. ativas [AG]_{ano} + Lig. ativas [AG]_{ano-1}}{2} \right) \times 365 \right) \end{aligned}$$

Em que:

Volprod_{reg}: volume de água disponível para consumo compreendendo a água captada pela CONCESSIONÁRIA e a água bruta importada, ambas tratada(s) na(s) unidade(s) de tratamento da CONCESSIONÁRIA, medido na(s) saída(s) da(s) unidade(s) de tratamento. Inclui também os volumes de água captada pela CONCESSIONÁRIA ou de água bruta importada, que sejam disponibilizados para consumo sem tratamento, medidos na(s) respectiva(s) entrada(s) do sistema de distribuição. Esse volume pode ter parte dele exportada para outro(s) MUNICÍPIO(s) atendido(s) ou não pela CONCESSIONÁRIA no ano de referência;

VC: volume total de água consumido, em m³, por todos os USUÁRIOS, compreendendo o volume micromedido, o volume de consumo estimado para LIGAÇÕES desprovidas de hidrômetro ou com hidrômetro parado, acrescido do volume de água recuperado, excluindo o volume de água tratada exportado para outro prestador ou outro MUNICÍPIO atendido pela CONCESSIONÁRIA. Não deve ser confundido com o volume de água faturado;

VNF: Valor da soma dos volumes de água usados para atividades operacionais, emergenciais e sociais em m³. Os volumes para atividades operacionais compreendem aqueles utilizados como insumo operacional para desinfecção de adutoras e redes, para testes hidráulicos de estanqueidade e para limpeza de rede e reservatórios e consumidos pela CONCESSIONÁRIA. Os volumes para atividades emergenciais são aqueles distribuídos por caminhão-pipa em situações de rompimento ou paralisação/colapso do sistema de distribuição de água e populações vitimadas por desastres naturais, como ainda volumes consumidos pelo Corpo de Bombeiros. Os volumes de atividades sociais são aqueles utilizados para abastecimento a título de suprimentos sociais (chafarizes), os usos para

**PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

lavagem de ruas, rega de espaços verde públicos, fontes públicas e o fornecimento para obras públicas;

VE: volume total de água potável, em m³, previamente tratada, transferido para outro(s) prestador ou outro(s) MUNICÍPIO(s) atendidos pela CONCESSIONÁRIA;

VI: volume de água potável, em m³, previamente tratada, recebido de outro(s) prestador(es) ou de outro(s) MUNICÍPIO(s) atendidos pela CONCESSIONÁRIA. Deve estar computado no volume de água macromedido;

IDP_{reg}: Índice de perdas de água por LIGAÇÃO no sistema de distribuição de água que objetiva incentivar a eficiência da CONCESSIONÁRIA no combate às perdas, em consonância com as determinações legais, contribuindo para a modicidade tarifária e gerando externalidade positivas que beneficiam outros usuários dos corpos hídricos. Este índice está em conformidade ao indicador Nível I – 01 da NR nº 09/2024;

Lig. ativas [AG]_{ano}: quantidade de LIGAÇÕES ATIVAS de água - ou seja, em pleno funcionamento - providas ou não de hidrômetro, com disponibilidade do serviço de abrangência de água na ÁREA DE ABRANGÊNCIA do MUNICÍPIO no mês de dezembro do ano de referência; e

Lig. ativas [AG]_{ano-1}: quantidade de LIGAÇÕES ATIVAS de água - ou seja, em pleno funcionamento - providas ou não de hidrômetro, com disponibilidade do serviço de abrangência de água na ÁREA DE ABRANGÊNCIA do MUNICÍPIO no mês de dezembro do ano anterior ao de referência.

- iii. O desvio da meta de perdas será apurado conforme a expressão:

$$\text{Desvio da Meta} = \text{Volprod}_{reg} - \text{Volprod}_{apurado}$$

Em que:

Volprod_{reg}: Volume de água disponível para consumo em 1.000 m³, compreendendo a água captada pela CONCESSIONÁRIA e a água bruta importada, ambas tratadas na(s) unidade(s) de tratamento da CONCESSIONÁRIA medido ou estimado na(s) saída(s) da(s) unidade(s) de tratamento. Inclui também os volumes de água captada pela CONCESSIONÁRIA ou de água bruta importada, que sejam disponibilizados para consumo sem tratamento, medidos na(s) respectiva(s) entrada(s) do sistema de distribuição. Esse volume pode ter parte dele exportada para outro(s) MUNICÍPIO(s) atendido(s) ou não pelo mesmo prestador de SERVIÇOS, calculado conforme item ii do item 5.2.1;

Volprod_{apurado}: volume produzido apurado no período de referência 0 (PR₀)

- iv. E por fim, o bônus ou a penalidade serão apurados mediante a expressão:

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

$$\text{bônus/penalidade} = \text{desvio da meta} \times Cme_{PRT} \times \text{Fator de Ponderação}$$

Em que:

bônus/penalidade: valor apurado do bônus ou da penalidade, atualizado monetariamente pelo INPC;

desvio da meta: em m³ calculado pela diferença entre os volumes distribuídos regulatório e apurado, conforme expresso no item 5.2.1."iii)";

Cme_{PRT}: custo médio por volume produzido em R\$/m³, conforme expresso no item 5.2.1."i"; e

Fator de Ponderação: fator de ponderação equivalente a 50% (cinquenta por cento).

- 5.2.2. O FATOR P será positivo quando o desempenho for superior à meta de perdas (bônus de eficiência, elevando o índice de reajuste) e negativo quando inferior à meta (penalidade por ineficiência, reduzindo o índice).
- 5.2.3. A apuração do FATOR P será realizada pela AGÊNCIA REGULADORA com o apoio do VERIFICADOR INDEPENDENTE, conforme estabelecido no ANEXO II - ANEXO TÉCNICO PARA CADA MUNICÍPIO.

5.3. A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar e implementar um PLANO DE REDUÇÃO DE PERDAS DE ÁGUA por MUNICÍPIO independentemente de sua situação hídrica. O referido plano deverá ser apresentado à AGÊNCIA REGULADORA até maio do ano anterior à homologação, de forma conjunta com a divulgação dos dados utilizados para revisão e reajuste tarifário.

5.4. Os INDICADORES DE PERDAS, definidos na Norma de Referência da ANA nº 09/2025, serão apurados e divulgados anualmente, a partir do início do período de OPERAÇÃO DO SISTEMA, no SISTEMA INFORMATIZADO, após verificação dos indicadores pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE.

5.5. Sem prejuízo da obrigação do item 5.5, os INDICADORES DE PERDAS deverão ser também apurados pela CONCESSIONÁRIA e divulgados no SISTEMA INFORMATIZADO pelo período iniciado 90 (noventa) dias após a ORDEM DE INÍCIO até o fim da OPERAÇÃO ASSISTIDA.

5.6. As metas de perdas vinculadas ao FATOR P serão apuradas pela AGÊNCIA REGULADORA, com a máxima brevidade possível após o recebimento integral das informações necessárias, e, em qualquer hipótese, até 31 de dezembro de 2030, tomando por base os dados do Balanço Hídrico do MUNICÍPIO que devem ser encaminhados pela CONCESSIONÁRIA até dia 31 de dezembro de 2029, observada a metodologia do Nível Econômico de Perdas (NEP) e levando em conta seus limites máximos definidos em CONTRATO, conforme disposto no ANEXO II - ANEXO TÉCNICO PARA CADA MUNICÍPIO, sem prejuízo da obrigação da CONCESSIONÁRIA de promover a redução progressiva das perdas desde o início da concessão, especialmente diante da criticidade verificada no MUNICÍPIO.

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

- 5.5.1. Tendo em vista a criticidade das perdas no MUNICÍPIO, os limites máximos do NEP deverão refletir trajetória de redução consistente e progressiva, sendo adotados a partir de 2031 e até a 2ª REVISÃO TARIFÁRIA os percentuais apresentados na tabela 6 do ANEXO II - ANEXO TÉCNICO PARA CADA MUNICÍPIO.
- 5.5.2. A AGÊNCIA REGULADORA deverá realizar uma Análise de Impacto Regulatório da aplicação do NEP antes de sua aplicação, para garantir que as metas sejam viáveis e não gerem impactos tarifários relevantes, resguardada a necessidade de assegurar o controle de perdas em patamares compatíveis com o grau de criticidade no MUNICÍPIO, conforme disposto no ANEXO II - ANEXO TÉCNICO PARA CADA MUNICÍPIO.
- 5.7. O FATOR P não será aplicado na TARIFA INICIAL.
- 5.8. O FATOR P, a partir do 1º CICLO TARIFÁRIO vis-à-vis sua respectiva meta, será calculado globalmente e apurado anualmente pela CONCESSIONÁRIA, conforme definido no ANEXO II - ANEXO TÉCNICO PARA CADA MUNICÍPIO.
- 5.9. A partir do 3º CICLO TARIFÁRIO, que se iniciará em 1º de janeiro de 2037, a AGÊNCIA REGULADORA poderá, a cada REVISÃO TARIFÁRIA, reavaliar as regras dispostas referente ao FATOR DE INCENTIVO À REDUÇÃO DE PERDAS (FATOR P).
- 5.10. Quaisquer alterações contempladas neste item devem ser precedidas de processo de participação pública e Análise de Impacto Regulatório, conforme estabelecido na regulamentação da AGÊNCIA REGULADORA.

6. DIPOSIÇÕES FINAIS

- 6.1. O SISTEMA INFORMATIZADO deverá reunir, de forma consolidada, transparente e atualizada, as informações necessárias ao acompanhamento, monitoramento e avaliação do desempenho da prestação dos serviços dos INDICADORES DE ATENDIMENTO, INDICADORES DE COBERTURA, INDICADORES DE QUALIDADE e INDICADORES DE PERDAS, definidos nas Normas de Referência da ANA nº 08/2025 e nº 09/2025. As informações deverão ser disponibilizadas à AGÊNCIA REGULADORA por meio eletrônico, em tempo real ou na periodicidade por ela definida, observada a disponibilidade técnica, e acessíveis aos demais stakeholders no sítio eletrônico da CONCESSIONÁRIA e em outros canais indicados, conforme periodicidade estabelecida.
- 6.2. A partir do 3º CICLO TARIFÁRIO, que se iniciará em 1º de janeiro de 2037, a AGÊNCIA REGULADORA poderá, a cada REVISÃO TARIFÁRIA, reavaliar a cesta de indicadores e pesos que compõem o cálculo do FATOR Q, os pesos dos indicadores que compõe o FATOR U e reavaliar os critérios estabelecidos do FATOR P, desde que o limite do desconto, somando ambos os fatores no IRT, se mantenha igual a 12%, nos termos deste ANEXO.
- 6.3. A aplicação dos indicadores, bem como das metodologias de apuração, pesos e critérios que compõem os FATORES U, Q e P, observará o escopo da prestação dos SERVIÇOS pela

**PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

CONCESSIONÁRIA, cabendo à AGÊNCIA REGULADORA proceder às adequações necessárias à cesta de indicadores, aos respectivos pesos, aos critérios aplicáveis e às eventuais regras de transição, de acordo com os cenários de prestação definidos nos itens seguintes, observado o disposto na legislação aplicável.

- 6.3.1. Nos casos em que a CONCESSIONÁRIA detenha a integralidade da prestação dos SERVIÇOS serão aplicados integralmente os indicadores, metodologias de apuração, pesos e critérios definidos neste ANEXO, sem necessidade de adaptações.
- 6.3.2. Nos casos em que a CONCESSIONÁRIA seja responsável apenas por um dos SERVIÇOS, a aplicação dos indicadores e respectivos pesos será ajustada de forma a refletir exclusivamente o escopo contratual assumido, com a exclusão dos indicadores não aplicáveis ao SERVIÇO não prestado e a redistribuição proporcional dos pesos entre os indicadores remanescentes, conforme regulamentação da AGÊNCIA REGULADORA.
- 6.3.3. Nos casos em que não haja gestão comercial pela CONCESSIONÁRIA, as adaptações incidirão, prioritariamente, sobre o FATOR Q, observando-se o seguinte:
 - i. Os INDICADORES DE QUALIDADE do produto (ICAT, ICAD1 e IRTES, conforme aplicável aos serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário) e os INDICADORES DE QUALIDADE da Reposição de Pavimentos (IPRP e ICERP) serão aplicados, sem necessidade de ajustes metodológicos; e
 - ii. Os INDICADORES DE QUALIDADE do serviço e comercial (IVV, IRFA, RSES, ISAA e ISES, conforme aplicável aos serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário) serão mantidos, porém sua apuração ficará condicionada à existência de mecanismos de compartilhamento, padronização e validação de dados entre os agentes responsáveis pela operação e pela gestão comercial, podendo demandar regulamentação específica ou ajustes contratuais.